

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2021

Enquadramento

O presente reporte acompanha, com uma periodicidade trimestral, o modelo de monitorização territorial, operacional e financeira dos instrumentos territoriais (ITI/PDCT, AIDUS/PEDU e DLBC) bem como de outras intervenções e investimentos com forte incidência territorial (por exemplo, PARU para os centros urbanos complementares) e do investimento municipal.

A dimensão de territorialização da aplicação dos fundos (PO Temáticos e Regionais) tem por base a localização das operações.

Este reporte integra-se nas atividades regulares da Unidade de Política Regional (UPR) da Agência para o Desenvolvimento e Coesão no âmbito das suas competências de acompanhamento, monitorização e avaliação das dinâmicas e políticas de desenvolvimento regional.

Notas:

i) A informação disponibilizada neste reporte provem do Sistema de Monitorização do Portugal 2020 sendo coerente com o Boletim Informativo dos fundos da UE da AD&C.

ii) Uma vez que uma operação pode ter incidência em mais do que um território, nos quadros em que se utiliza a designação *número de registos* está a considerar-se o número de incidências de uma operação num determinado território.

Metodologia

- ◆ A territorialização das operações tem por base a sua localização (incidência).
- ◆ Uma operação pode ter incidência territorial em mais do que um município, NUTS III ou NUTS II, pelo que o número de registos corresponde às incidências territoriais dessa operação.
- ◆ Os quadros dos instrumentos territoriais incorporam informação de 31.03.2021 relativa ao FEADER, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do PDR 2020 (PDCT e DLBC Rural) e informação relativa ao FEAMP, disponibilizada pela Autoridade de Gestão do MAR 2020 (DLBC Costeiro).
- ◆ A informação considerada para o processo de monitorização tem por base a informação residente no sistema de monitorização do Portugal 2020.
- ◆ Nos Instrumentos Territoriais, apenas são consideradas as operações com ligação inequívoca a esses Instrumentos.

Análise Global

A 31 de março de 2021, os **PO Regionais** (Continente e Regiões Autónomas) contabilizavam um total de 39.797 operações aprovadas, correspondendo a um valor global de 9.195 M€ de fundo aprovado, 4.473 M€ de fundo executado e 4.720 M€ de pagamentos.

O FEDER enquadrou 32.515 operações, correspondendo a 7.532 M€ de fundo aprovado, 3.720 M€ de fundo executado e 3.905 M€ de pagamentos. O FSE enquadrou 7.282 operações, que correspondem a 1.663 M€ de fundo aprovado, 753 M€ de fundo executado e 815 M€ de pagamentos.

Os PO das Regiões Autónomas registam uma taxa média de compromisso (99%) e de execução (66%), esta última superior aos PO Regionais do Continente (99% e 45%, respetivamente) e, no caso da taxa de execução, ao PT2020 (60%).

No final do trimestre, todos os POR do Continente registavam taxas de compromisso igual ou superior a 93%, com a taxa mais alta a verificar-se no POR Alentejo (114%). As taxas de execução variavam entre 43% no POR Alentejo e 47% no POR Lisboa.

O POR do Centro foi o que observou uma evolução mais acentuada da taxa de compromisso no primeiro trimestre de 2021, com um aumento de 8,0 p.p. face ao trimestre anterior.

As taxas de execução têm um comportamento semelhante em todos os PO Regionais do Continente com evoluções que variaram entre 2,9 p.p. nos POR Norte, Alentejo e Algarve e 4,4 p.p. no POR Lisboa.

NUTS II	Programação Financeira 2014-2020 (PR)	Fundo aprovado (AP)	Despesa validada (VAL)	Pagamentos (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)	
	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP/PR)	Taxa de execução (VAL/PR)
	mil euros	mil euros	mil euros		%	
Portugal 2020	25.859.662	28.473.235	15.502.090	17.097.629	110%	60%
PO Regionais do Continente	7.752.503	7.665.391	3.462.466	3.689.653	99%	45%
PO Norte 2020	3.378.771	3.154.124	1.518.863	1.600.341	93%	45%
PO Centro 2020	2.155.031	2.087.081	949.438	999.664	97%	44%
PO Alentejo 2020	1.082.944	1.230.409	464.414	498.407	114%	43%
PO Lisboa 2020	817.081	890.182	386.196	438.552	109%	47%
PO Algarve 2020	318.676	303.595	143.556	152.689	95%	45%
PO Regiões Autónomas	1.538.707	1.529.846	1.010.629	1.029.915	99%	66%
PO Açores 2020	1.137.481	1.127.058	750.299	752.658	99%	66%
PO Madeira 14-20	401.226	402.788	260.330	277.257	100%	65%

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2021

Investimentos de Esfera Municipal

Relativamente à concretização dos investimentos de entidades da **esfera municipal**, verifica-se que, em termos acumulados, encontram-se aprovados 10.576 registos de operações correspondendo a um volume de fundo de 3.402 M€.

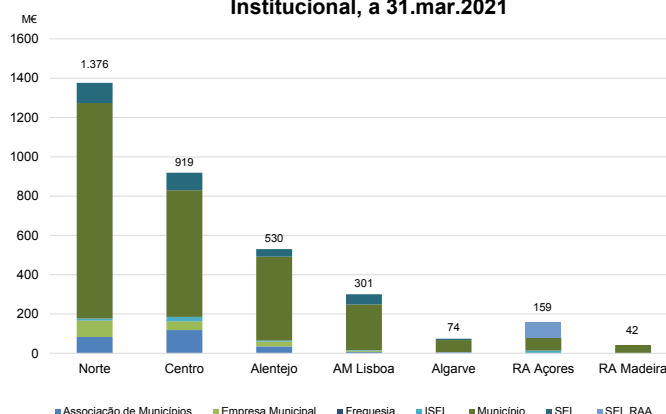
Os municípios mantêm-se como os principais promotores no âmbito da esfera municipal, com 76% do fundo aprovado de 2.570 M€.

A NUTS II com maior volume de fundo aprovado no âmbito da esfera municipal é o Norte, registando 1.376 M€ (40% do total de aprovações).

A PI 6.5 (requalificação e ambiente urbano) com 667 M€ continua a ser a PI com maior volume de fundo aprovado, sendo a que regista igualmente o maior número de registos de aprovações (1.337). Segue-se a PI 10.5 (investimentos no setor da água) com um volume de fundo aprovado de 437 M€ e 979 registos de operações.

No primeiro trimestre de 2021, as PI 10.5 e 6.3 foram as que registaram maiores volumes de aprovações: 50 M€ e 35 M€, respetivamente.

Esfera Municipal - fundo aprovado por região e setor Institucional, a 31.mar.2021



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Incidência Territorial - localização das operações

Até 31 de março de 2021 encontrava-se aprovado um total de 123.019 operações no âmbito dos fundos da Política de Coesão (FEDER, FSE e FC) do Portugal 2020, com um volume total de 24.102 M€ fundo aprovado e 12.121 M€ de fundo validado.

No que concerne à afetação regional dos fundos no conjunto dos **PO Temáticos**, é na região Norte que se concentra o maior volume de compromisso (45%) e de fundo validado (46%). Seguem-se o Centro (32% e 33%, respetivamente) e o Alentejo (9%, em ambos).

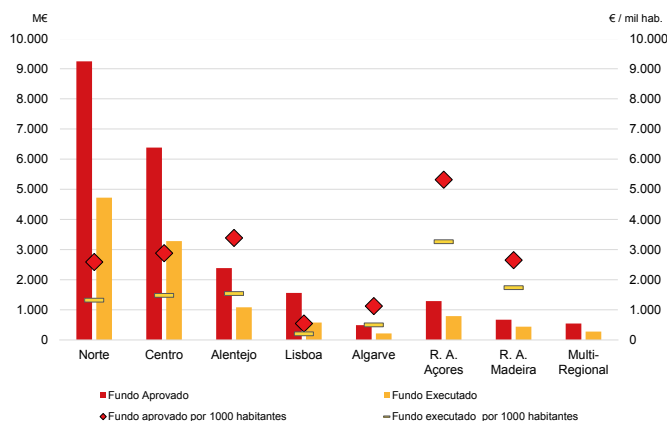
A distribuição regional *per capita* faz salientar a Região Autónoma dos Açores que regista o maior volume de fundo aprovado bem como executado, por mil habitantes, por contraposição à A.M. de Lisboa.

Distribuição regional dos PO Temáticos dos fundos da Política de Coesão (M€), a 31.mar.2021

PO Temáticos / Regiões	PO CH		PO CI		PO ISE		PO SEUR	
	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado	Aprovado	Executado
Portugal	3.527	2.338	6.636	2.684	2.473	1.464	2.161	1.098
Norte	1.846	1.239	3.038	1.304	1.150	667	616	292
Centro	1.155	791	2.195	1.015	809	463	546	265
Alentejo	347	223	528	185	251	138	187	135
Lisboa	47	0	353	9	126	111	392	138
Algarve	9	0	151	0	23	20	87	67
R. A. Açores	0	0	107	49	27	26	66	7
R. A. Madeira	0	0	0	0	20	13	267	194
Multi-Regional	121	85	265	123	67	26	0	0
Não Territorializado	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

Distribuição regional *per capita* dos fundos da Política de Coesão, a 31.mar.2021



Nota: O investimento que não é passível de ser imputado apenas a uma região é classificado como Multi-Regional.

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2021

Instrumentos Territoriais

No âmbito dos instrumentos territoriais o número de registos de operações aprovadas a 31 de março de 2021 era de 16.279.

No âmbito dos PDCT encontravam-se aprovados 5.388 registos de operações como um volume de fundo associado de 1.035 M€ e 507 M€ validados. Cerca de 76% do fundo aprovado diz respeito ao FEDER.

Os PEDU, nas suas três áreas de intervenção, totalizavam 1.481 registos de operações aprovadas a que correspondia um montante de 759 M€ de FEDER aprovado e 371 M€ de fundo validado.

Nos DLBC, estavam aprovados 9.410 registos de operações, maioritariamente na vertente rural (8.717). Continua a ser expressiva a preponderância desta vertente no volume de fundo aprovado, com 85%.

O quadro à direita apresenta uma síntese da execução financeira dos instrumentos territoriais por fundo.

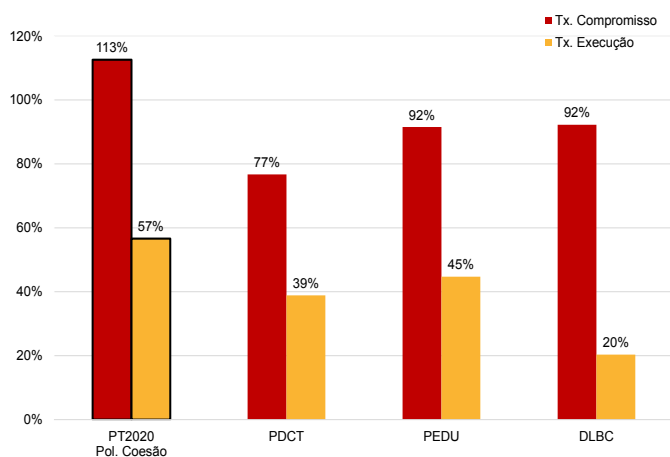
Compromisso e execução, por instrumento territorial, a 31.mar.2021

Instrumento Territorial/Fundo	Contratado	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
PDCT	1.343.525.457	1.034.736.221	507.384.263	505.820.392
FEDER	970.906.673	785.707.774	410.677.907	403.492.980
FSE	309.158.937	194.143.455	82.544.923	88.628.560
FC	13.443.175	12.566.151	9.489.449	9.161.317
FEADER	50.016.672	42.318.841	4.671.984	4.537.535
PEDU	829.294.456	759.163.904	370.679.457	365.541.804
FEDER	829.294.456	759.163.904	370.679.457	365.541.804
PARU (+)	247.748.888	226.135.060	130.094.301	127.867.322
FEDER	247.748.888	226.135.060	130.094.301	127.867.322
DLBC	306.019.416	266.562.372	74.644.591	79.017.539
Costeiro	37.863.896	25.801.606	6.910.544	7.272.323
FEDER	7.367.989	4.691.676	1.041.173	1.311.248
FSE	6.995.907	4.913.076	65.463	92.562
FEAMP	23.500.000	16.196.855	5.803.907	5.868.513
Rural	243.584.922	225.757.855	66.413.272	69.876.616
FEDER	55.036.931	49.603.857	26.307.090	28.982.004
FSE	57.225.193	65.239.213	1.989.197	2.917.033
FEADER	131.322.798	110.914.785	38.116.984	37.977.579
Urbano	24.570.598	15.002.910	1.320.775	1.868.600
FEDER	8.490.125	1.444.347	846.272	890.618
FSE	16.080.473	13.558.564	474.503	977.983

Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020.

(+) O PARU, não sendo um Instrumento Territorial é integrado neste quadro pois assume um compromisso indireto dos POR para com os municípios (valor na coluna *Contratado*).

Taxa de compromisso e de execução, por instrumento Territorial (Política de Coesão), a 31.Mar.2021



Fonte: Sistema de Monitorização do Portugal 2020

No gráfico à esquerda pode observar-se as taxas de compromisso e de execução dos principais instrumentos territoriais em comparação com o Portugal 2020, na vertente Política de Coesão.

No primeiro trimestre de 2021, os PEDU continuavam a ser o instrumento territorial que registava a maior taxa de compromisso (92%). Ainda assim estes valores encontram-se 21 p.p. abaixo da taxa de compromisso para a totalidade dos fundos da Política de Coesão.

Os PDCT apresentavam uma taxa de compromisso de 77% e os DLBC uma taxa de 92%.

Os PEDU são os instrumentos com taxas de execução mais elevadas (45%), embora abaixo dos 57% do PT2020 na componente Política de Coesão.

Ao nível dos DLBC a taxa de execução continua a ser pouco expressiva (20%).

Em síntese, os instrumentos territoriais apresentam ainda taxas de compromisso e, sobretudo, de execução reduzidas face ao conjunto dos fundos da Política de Coesão.

REPORTE TRIMESTRAL

Informação a 31 de março de 2021

Síntese dos Instrumentos Territoriais

A 31 de março de 2021, no âmbito dos instrumentos com incidência territorial (PDCT, PEDU, PARU e DLBC), contabilizavam-se 16.965 registos de aprovações. O fundo comprometido era 2.287 M€, a execução 1.083 M€ e o volume de pagamentos 1.078 M€. No âmbito dos PDCT o volume total de fundo aprovado é de 1.035 M€ e nos PEDU de 759 M€. O instrumento com a taxa de compromisso mais elevada passou a ser o PEDU, com 92%. A taxa de execução mais alta, para o conjunto dos instrumentos analisados registava-se na A. M. de Lisboa (50,9%).

Os DLBC foram o instrumento territorial que tiveram maior número de registos aprovados face ao trimestre anterior (1.345). De referir ainda que os DLBC de Lisboa registaram os maiores aumentos trimestrais da taxa de compromisso (51 p.p.), com destaque para a vertente urbana (+77 p.p. que no trimestre anterior).

O quadro seguinte apresenta a distribuição dos fundos (à data de 31 de março de 2021) por Região e por Instrumento Territorial.

Instrumento Territorial / Fundo	Programação Financeira 2014-2020 (PR)		Aprovações (AP)				Despesa validada (VAL)	Pagamentos aos beneficiários (PG)	Indicadores financeiros (Fundo)			
	Nº	Fundo Comunitário mil euros	Nº de Registos	Investimento/ custo total	Investimento/ custo total elegível	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Fundo Comunitário	Taxa de compromisso (AP / PR)	Taxa de execução (VAL / PR)	Taxa de pagamento (PG / AP)	Taxa de reembolso (PG / VAL)
				mil euros		mil euros		mil euros		%		
Portugal 2020	n.a.	25.859.662	444.374	58.647.672	52.733.418	28.473.235	15.502.090	17.097.629	110%	60%	60%	110%
TOTAL - IT	379	2.726.588	16.965	3.801.771	3.062.976	2.286.598	1.082.803	1.078.247	84%	40%	47%	100%
PDCT	22	1.343.525	5.388	1.627.589	1.347.542	1.034.736	507.384	505.820	77%	38%	49%	100%
PEDU	105	829.294	1.481	1.216.846	942.966	759.164	370.679	365.542	92%	45%	48%	99%
PARU	170	247.749	686	341.579	268.289	226.135	130.094	127.867	91%	53%	57%	98%
DLBC	82	306.019	9.410	615.757	504.179	266.562	74.645	79.018	87%	24%	30%	106%
NORTE - IT	n.a.	1.264.141	6.306	1.697.433	1.311.815	1.045.080	513.648	508.919	83%	41%	49%	99%
PDCT	8	632.925	2.424	715.974	581.527	473.178	244.238	240.145	75%	39%	51%	98%
PEDU	29	409.827	687	629.418	448.531	381.199	176.628	176.156	93%	43%	46%	100%
PARU	57	123.868	345	169.107	138.134	117.414	70.009	69.165	95%	57%	59%	99%
DLBC	21	97.522	2.850	182.933	143.623	73.289	22.772	23.454	75%	23%	32%	103%
Costeiro	2	9.211	44	12.132	7.092	5.528	801	799	60%	9%	14%	100%
Rural	16	77.811	2.772	165.734	131.498	63.816	21.428	21.744	82%	28%	34%	101%
Urbano	3	10.500	34	5.067	5.033	3.945	543	911	38%	5%	23%	168%
CENTRO - IT	n.a.	802.795	4.835	959.554	801.990	602.261	288.448	285.600	75%	36%	47%	99%
PDCT	8	408.626	1.427	413.995	359.109	273.389	133.095	135.565	67%	33%	50%	102%
PEDU	32	219.508	286	257.377	212.782	180.865	92.820	87.975	82%	42%	49%	95%
PARU	68	75.730	185	99.906	77.024	65.471	41.799	40.165	86%	55%	61%	96%
DLBC	28	98.932	2.937	188.275	153.075	82.536	20.735	21.895	83%	21%	27%	106%
Costeiro	5	14.013	188	18.533	16.519	10.475	2.649	2.767	75%	19%	26%	104%
Rural	23	84.918	2.749	169.742	136.556	72.061	18.086	19.128	85%	21%	27%	106%
ALENTEJO - IT	n.a.	439.847	4.021	660.419	553.218	413.734	176.588	178.833	94%	40%	43%	101%
PDCT	5	211.675	1.040	277.214	234.013	184.400	85.432	84.205	87%	40%	46%	99%
PEDU	26	121.346	272	165.478	139.793	117.221	53.162	54.094	97%	44%	46%	102%
PARU	32	39.671	114	57.590	43.999	37.315	15.522	15.847	94%	39%	42%	102%
DLBC	11	67.155	2.595	160.137	135.414	74.799	22.472	24.687	111%	33%	33%	110%
Costeiro	1	3.674	80	6.614	5.013	3.060	815	973	83%	22%	32%	119%
Rural	10	63.482	2.515	153.522	130.400	71.739	21.657	23.714	113%	34%	33%	109%
A.M. LISBOA - IT	n.a.	191.456	1.330	436.538	359.119	203.723	97.504	98.271	106%	51%	48%	101%
PDCT	1	90.300	497	220.405	172.894	103.770	44.619	45.906	115%	49%	44%	103%
PEDU	18	78.614	236	164.572	141.860	79.879	48.070	47.317	102%	61%	59%	98%
DLBC	13	22.542	597	51.561	44.365	20.074	4.816	5.048	89%	21%	25%	105%
Costeiro	2	5.075	70	7.448	7.080	3.847	1.594	1.678	76%	31%	44%	105%
Rural	2	7.202	318	25.467	19.147	7.207	2.654	2.660	100%	37%	37%	100%
Urbano	9	10.266	209	18.645	18.138	9.020	568	711	88%	6%	8%	125%
ALGARVE - IT	n.a.	28.348	473	47.827	36.834	21.800	6.615	6.624	77%	23%	30%	100%
PARU	13	8.480	42	14.976	9.132	5.936	2.765	2.691	70%	33%	45%	97%
DLBC	9	19.868	431	32.851	27.702	15.864	3.850	3.933	80%	19%	25%	102%
Costeiro	2	5.892	35	6.539	5.655	2.892	1.052	1.055	49%	18%	36%	100%
Rural	3	10.172	363	23.057	19.114	10.935	2.589	2.631	107%	25%	24%	102%
Urbano	4	3.805	33	3.255	2.933	2.038	209	247	54%	6%	12%	118%